

OS DOIS MÉTODOS DA TEORIA ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Paper apresentado ao Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, 19-20 de junho de 2003.

Abstract. Economic theory deals with a complex reality, which may be seen through various perspectives, using different methods. Economics' three major branches – development economics, macroeconomics, and microeconomics – cannot be unified because the former two use preferentially a historical-deductive, while the later, an essentially hypothetical-deductive or aprioristic method. Smith, Marx and Keynes used an essentially the method of the new historical facts, while Walras, an aprioristic one to devise the neoclassical general equilibrium model. The historical-deductive method looks for the new historical facts that condition the economic reality. Economic theory remains central, but it is more modest, or less general, as the economist that adopt principally this method is content to analyze stabilization and growth in the framework of a given historical phase or moment of the economic process. As a trade off, his models are more realistic and conducive to more effective economic policies, as long as he is not required to previously abandon, one by one, the unrealistic assumptions required by a excessively general theory, but already starts from more realistic ones.

A teoria clássica do desenvolvimento econômico, fundada por Smith e Ricardo, teve em Marx e em Schumpeter seus dois grandes continuadores.¹ A teoria neoclássica representou uma contribuição fundamental para a teoria econômica quando Jevons, Menger, e Walras desenvolveram a abordagem marginalista, quando o último concebeu o modelo de equilíbrio geral, e quando Marshall deu certa praticidade à teoria microeconômica.² Finalmente, a teoria macroeconômica fundada por Keynes

¹ Smith, 1776; Ricardo, 1817/21; Marx, 1867, 1894; Schumpeter, 1911. Schumpeter é aqui citado enquanto economista histórico, evolucionário, não como o economista neoclássico que ele pretendia ser. Suas contribuições fundamentais devem tudo a uma perspectiva histórica, e pouco à visão neoclássica.

² Jevons, 1871-79; Menger, 1872; Walras, 1874/1900; Marshall, 1890/1920.

e Kalecki, que afinal transformou a teoria econômica em um instrumento efetivo de política econômica, teve como principais continuadores Harrod, Hicks e Minsky.³

Quando eu faço referência a três grandes escolas de economia – a clássica, a neoclássica, e a keynesiana – e vejo nelas três grandes contribuições, como posso ser coerente? Na medida em que essas três teorias apresentam conflitos importantes entre elas, não seria eu obrigado, por uma questão de rigor metodológico, de consistência lógica, a adotar apenas uma delas e rejeitar as demais? Embora estas sejam boas perguntas, a resposta a elas se torna relativamente simples se rejeitarmos, como eu rejeito, a existência de qualquer grande teoria abrangente para a economia ou, mais amplamente, para as ciências sociais.⁴ Podemos ter, e temos, três grandes teorias econômicas – as três acima citadas –, e algumas teorias menores, como, em diferentes cortes analíticos, a teoria do comércio internacional, ou a teoria evolucionária, ou a teoria da inflação inercial latino-americana. Essas teorias, embora não sejam coerentes entre si, explicam, de forma melhor do que as outras, determinados aspectos do sistema econômico. A escola neoclássica estuda melhor do que qualquer outra o equilíbrio de uma economia abstrata de mercado; a escola clássica é insuperável em analisar e mostrar os fatos estilizados do desenvolvimento do capitalismo; a escola keynesiana, é de longe aquela que melhor explica o funcionamento no curto prazo dos grandes agregados econômicos, e a que melhores instrumentos oferece para conduzir a política macroeconômica. Seria, portanto, pouco científico da minha parte rejeitar duas delas e ficar apenas com uma, apenas por uma questão de consistência abrangente. Contento-me com uma consistência menos abrangente.

Isto significa que temos não uma, mas três verdades na economia? A verdade é uma só. Ela está na realidade dos seres e das relações que os seres humanos estabelecem entre si, não nas próprias idéias, que são a forma através da qual a expressamos. A verdade não é nem transcendental – não está nas próprias idéias –, nem instrumental – não depende do uso que lhe demos –, nem relativa: não depende de quem a veja ou de como é vista. A ‘nossa verdade’ pode assim ser, mas isto apenas sugere a dificuldade em desvendarmos a verdade. A dificuldade da tarefa de descobrir a verdade não justifica o relativismo, justifica apenas a modéstia em afirmá-la, e a tolerância em relação à verdade dos outros.

Entretanto, a verdade sobre o funcionamento dos sistemas econômicos pode ser vista legitimamente sob vários ângulos. Há, pelo menos, três abordagens possíveis: a abstrata e estática do modelo de equilíbrio geral; a dinâmica e de longo prazo, histórica portanto, da teoria do desenvolvimento econômico; e a abordagem histórica e de curto prazo da flutuação cíclica e da estabilização macroeconômica. O sistema econômico, visto sob cada uma dessas perspectivas, perde um pouco da

³ Keynes, 1936; Hicks, 1937; Harrod, 1939; Minsky, 1975, 1986.

⁴ Bresser-Pereira, 2003.

complexidade que lhe é inerente, porque a observação passa a ser por definição parcial, mas mesmo assim continua extremamente complexo para quem o observa.

Por que não unificar as três teorias? Por que não buscar e encontrar o microfundamento da macro – esse santo graal buscado pelos economistas mais teóricos? Já foram dadas muitas respostas a esta pergunta, das mais simples – como a de que a microeconomia se ocupa do comportamento dos agentes econômicos individuais, enquanto a macroeconomia, dos agregados econômicos – até as mais complexas, geralmente relacionadas com uma oposição ontológica entre o individualismo metodológico e concepções holistas da sociedade e do sistema econômico.

Minha resposta tem alguma relação com o segundo tipo, mas dele se distingue essencialmente na medida em que não põe em questão a legitimidade do individualismo metodológico ou do método hipotético-dedutivo que o acompanha, menos ainda a do holismo metodológico ou do método histórico-dedutivo que lhe é próprio, mas, de forma deliberadamente eclética, aceita os dois métodos, que poderão ser mais ou menos úteis dependendo da forma pela que estejamos vendo uma determinada realidade social, e que certamente poderão, em muitos casos, ser combinados. E, em consequência, aceita a existência de três grandes teorias, e recusa-se a reduzir uma à outra.

Neste *paper* vou discutir a convivência desses dois métodos na primeira seção. Na segunda, examinarei mais detidamente o método hipotético dedutivo que a teoria do equilíbrio geral e, mais amplamente, toda a teoria neoclássica utilizam. Na terceira, voltarei minha atenção para o método histórico-dedutivo ou método do fato histórico novo que é próprio da teoria do desenvolvimento econômico e da macroeconomia, quando estas são relevantes. Na quarta, discutirei os perigos envolvidos na utilização de um método hipotético-dedutivo abstrato para orientar políticas econômicas concretas.

Dois Métodos

No caso das teorias derivadas das duas abordagens históricas – a teoria do desenvolvimento econômico e a macroeconômica – a complexidade do sistema econômico é muito maior do que aquela pressuposta na abordagem a-histórica do equilíbrio geral. É muito maior porque a realidade estudada varia de lugar para lugar, de cultura para cultura, e principalmente varia no tempo. Enquanto o modelo microeconômico central é determinístico e fechado, os modelos históricos da macroeconomia e do desenvolvimento econômico são relativamente indeterminísticos e abertos. A realidade varia em função dos ‘fatos históricos novos’ de caráter tecnológico, institucional, e político, que produzem, em diversos graus,

descontinuidades históricas, e exigem que as teorias explicativas sejam alteradas, adaptadas, senão completamente renovadas.

É impossível, portanto, reduzir a teoria macroeconômica e a teoria do desenvolvimento econômico à teoria microeconômica do equilíbrio geral, porque enquanto as duas primeiras utilizam um método principalmente empírico ou histórico-dedutivo, que chamarei de ‘método do fato histórico novo’, a terceira usa um método radicalmente apriorístico a partir da perspectiva do individualismo metodológico.⁵ Os dois métodos são legítimos. O método principalmente hipotético-dedutivo ou apriorístico, que levou ao surgimento dos modelos do equilíbrio geral e do equilíbrio parcial de uma economia de mercado, e o método do fato histórico novo, histórico-indutivo, que permitiu a formulação do modelo clássico de desenvolvimento econômico e do modelo macroeconômico. Não há razão para nos limitarmos a um ou a outro. Temos grandes economistas que se dedicaram principalmente a um ou a outro método, e foram grandes porque o fizeram bem. Em alguns momentos, percebiam que o uso dos dois modelos levava a contradições, mas foram grandes o suficiente – e este foi tipicamente o caso de Marx, de Schumpeter e de Keynes – para viverem suas contradições ao invés de tentarem impor teorias abrangentes e absolutamente coerentes.

O pressuposto central da teoria econômica em geral, e não apenas da teoria neoclássica, é o da racionalidade dos agentes. Ainda que os economistas saibam que nem sempre os agentes econômicos agem racionalmente, maximizando seus interesses, não vou aqui discutir a validade do pressuposto do *homo economicus*, de que os agentes econômicos sejam racionais. Trata-se de um pressuposto ‘razoável’ para a teoria econômica como um todo. Muito mais razoável do que para outras ciências sociais, como a política, por exemplo. Da mesma forma que, em um plano muito geral, os economistas partem do pressuposto da concorrência perfeita, devem também partir do pressuposto da racionalidade, para depois poder relaxar ambos os pressupostos. Há, porém, uma diferença fundamental nesse processo de relaxamento dos pressupostos. Como a teoria microeconômica utiliza essencialmente o método hipotético-dedutivo, a-histórico, para pensar, os pressupostos da racionalidade e da competição perfeita estão sempre na base de todos os modelos, e há dificuldade teórica e prática em relaxá-los. Já na macroeconomia e na teoria do desenvolvimento, a forma de pensar e pesquisar são diferentes. O economista já trabalha com modelos históricos nos quais aqueles pressupostos já foram devidamente abandonados, ou podem ser suspensos sem dificuldade na medida em que o economista não esteja preso a um sistema geral e abrangente de racionalidade.

⁵ Desenvolvi inicialmente essa idéia em um *paper* com Gilberto Tadeu Lima, no qual, entretanto, ela foi apenas esboçada (Bresser-Pereira e Lima, 1995). Nesse *paper*, ao invés de usar as expressões método apriorístico e método histórico-dedutivo, falamos em método lógico-dedutivo e histórico-indutivo. As idéias são as mesmas mas creio que os novos nomes são mais precisos.

A convivência de dois métodos não é exclusiva da teoria econômica. Existe também na filosofia e na teoria política. Embora houvesse o precedente abstrato de Platão, os pensadores clássicos, a partir de Aristóteles, pensam a política em termos principalmente prático e histórico-dedutivo. Esse é o caso de Maquiavel, Vico, Hegel, Marx, e dos pragmáticos americanos. O Estado era visto como o resultado de uma evolução histórica, como o resultado de um processo de crescente divisão do trabalho, da passagem da tribo para o clã, a aldeia, a cidade, a nação, a cidade-estado, e o império. Entretanto, com Hobbes e o contratualismo surge uma perspectiva radicalmente nova. O Estado é deduzido logicamente do pressuposto teórico da existência de um estado de natureza, em que a guerra entre todos era a única realidade, e da decisão dos homens, em um determinado momento, de estabelecerem um contrato através do qual renunciavam à sua liberdade original em troca da ordem legal imposta pelo Estado. Não importa que o estado de natureza não tivesse correspondente na história, nem que fosse possível encontrar o momento em que homens e mulheres livres decidiam trocar sua liberdade pela proteção do soberano. Com o contratualismo tornava-se possível deduzir logicamente o Estado da sociedade, substituía-se a legitimidade do monarca provinda da tradição por uma nova política, proveniente do contrato social. Como dizem os italianos, “si non è vero, è bene trovato”. Ainda que Hobbes pretendesse, com sua teoria, fortalecer o poder do monarca absoluto, o que ele e seus grandes sucessores iluministas fizeram foi abrir espaço para a cidadania. Ao tornar o rei legítimo perante os cidadãos, ele estabelecia uma base racional de legitimidade ainda maior para o próprio cidadão. O contratualismo, ainda que não fosse realista, estabelecia bases normativas poderosas para o futuro desenvolvimento político dos estados-nação. Enquanto o pensador histórico-dedutivo só pode chegar ao liberalismo, e depois à democracia, a partir da análise dos eventos e lutas políticas e sociais e da ‘lógica’ que esses eventos de alguma forma obedecem, o teórico hipotético-dedutivo espera inferir a lógica desses eventos usando apenas a razão que supõe os agentes obedecem.

Mais tarde, na segunda metade do Século XIX, quando o modelo hipotético-dedutivo do equilíbrio geral é desenvolvido pelos economistas, ele já tinha como precedente o contrato social. Mais tarde ainda, já na segunda metade do Século XX, quando surge no plano da ciência política a teoria da escolha racional, de caráter essencialmente hipotético, sua base será a teoria microeconômica neoclássica. Sou um crítico dessa teoria quando ela, na linha de seu fundador, Anthony Downs, supõe radicalmente que os agentes políticos se comportem de forma igual aos agentes econômicos, buscando maximizar seus interesses pessoais, e faz uma perfeita analogia entre o mercado e a política.⁶ Da mesma forma, porém, que acredito que, no estudo da economia real realizado pela macroeconomia e a teoria do desenvolvimento econômico, depois de situar os problemas no campo histórico e de buscar as regularidades que permitam definir fatos estilizados e modelos teóricos,

⁶ Downs, 1957.

seja desejável submeter o modelo à crítica das motivações racionais, o mesmo procedimento pode ser usado pelo cientista político. Apenas ele deverá levar em conta, como sugere Elster, que seu conceito de racionalidade deverá ser mais amplo incluindo considerações de interesse público, já que as leis que presidem o mercado não são as mesmas que governam o fórum.⁷

A ciência econômica trabalha, portanto, com dois métodos. Apenas no caso das teorias mais gerais e abstratas, como a do equilíbrio geral, ou como a da produção de mercadorias por meio de mercadorias de Sraffa, a precedência e o domínio cabem ao método apriorístico. Estas teorias, entretanto, já estão desenvolvidas, restando pouca coisa para fazê-las avançar. Já no caso da macroeconomia e da teoria do desenvolvimento econômico, o método fundamental de pesquisa é o método do fato histórico, que usa também a dedução, mas parte da análise da realidade. O macroeconomista analisa a economia real – uma economia que existe aqui e agora e está em constante mudança. Sua busca de microfundamentos, com o uso principalmente de um instrumental hipotético-dedutivo, deverá ocorrer em um segundo momento, para que se possam estabelecer os mecanismos explicativos das relações macroeconômicas observadas.

O método hipotético-dedutivo da teoria neoclássica

O método hipotético-dedutivo que a teoria neoclássica pretende utilizar de forma exclusiva é essencialmente apriorístico. Para pensar sua teoria maior – a do equilíbrio geral – o microeconomista senta-se em sua poltrona, pressupõe que o agente econômico busca maximizar seus interesses econômicos, e a partir desse pressuposto simples ele deduz lógica e matematicamente todo o seu modelo. Como o seu pressuposto é uma aproximação razoável da realidade do comportamento econômico, e como ele trabalha em um alto nível de abstração, os resultados que alcança são interessantes: logram desenvolver uma teoria com capacidade de previsão de um comportamento econômico também muito abstrato ou geral. Tão abstrato e geral, porém, que representa um perigo quando se deseja prever comportamentos complexos como é o caso da política macroeconômica e de desenvolvimento.

Existe uma ampla literatura econômica que coloca em questão o pressuposto do *homo economicus*. Enquanto tal pressuposto não se aplica ao comportamento político e social, porque nessas áreas os seres humanos levam em consideração outros objetivos além dos relativos à maximização de interesses pessoais, aplica-se de forma razoável ao comportamento econômico, que é relativamente menos complexo. Não é, portanto, a partir da crítica desse pressuposto que estabelecem os

⁷ Elster, 1997.

limites para a teoria microeconômica neoclássica do equilíbrio geral, que considero uma grande realização do pensamento humano, mas a partir do método que utiliza.

A teoria do equilíbrio geral que está no cerne da teoria microeconômica neoclássica é a teoria mais radicalmente hipotético-dedutiva de que tenho conhecimento entre as teorias substantivas que buscam descrever a realidade (em oposição às metodológicas, como a matemática e a estatística), consideradas inclusive as ciências naturais. Embora meus conhecimentos de física sejam limitados, sei que a microeconomia neoclássica é ainda mais hipotético-dedutiva do que essa ciência já tão matematizada e, portanto, submetida ao raciocínio principalmente dedutivo. Ainda que boa parte do esforço de pesquisa do físico seja empregado na dedução de teorias, esse trabalho tem um compromisso com a observação da realidade, e está sempre construindo aparelhos cada vez mais poderosos e exatos para auxiliar suas pesquisas empíricas. No modelo de equilíbrio geral não há compromisso com a realidade. É esta que deverá se adaptar ao modelo. Quando isto não acontecer, nem por isso o modelo estará errado, precisando ser alterado: apenas estará havendo um fator perturbador dos pressupostos do modelo, como um poder de monopólio, uma externalidade, uma *path dependency*, uma assimetria de informações. Apesar da tentativa de Friedman de demonstrar que a economia seria uma ‘ciência positiva’, porque capaz de prever, na verdade a ciência econômica neoclássica para a qual ele estava reivindicando essa positividade nada tem de positiva – é puramente hipotético-dedutiva – e sua pretendida capacidade de previsão só é real em um nível de abstração extremamente elevado.⁸

Ao fazer esta afirmação não estou exagerando. Basta ler um dos mais notáveis defensores desse tipo de abordagem, Mises, para quem a ciência econômica, ao contrário da histórica, é essencialmente uma praxeologia apriorística. Enquanto a história seria “a organização sistemática dos dados da experiência relativos à ação humana”, o objetivo da praxeologia, entre as quais se situa a ciência econômica, “é a explicação da ação humana; tudo que necessita para a dedução dos teoremas praxeológicos é o conhecimento da essência da ação humana...” Ora, continua Mises, essa essência é lógica ou racional e imutável. Nestes termos, apenas o “apriorismo metodológico” e o individualismo metodológico” são aplicáveis à ciência econômica, porque só ela dá conta da “imutabilidade e universalidade das categorias do pensamento e da ação... O objetivo da ciência é conhecer a realidade... Entretanto, essa referência à experiência não prejudica o caráter apriorístico da praxeologia e da teoria econômica. A experiência apenas dirige nossa curiosidade para certos problemas e desvia-a de outros... Não existe tal coisa como um método histórico de ciência econômica ou como uma disciplina de ciência econômica

⁸ Friedman, 1953.

institucional”. E, conclui Mises, as relações lógicas fundamentais não são sujeitas a prova ou desprova”.⁹

Embora pretenda ser muito geral porque extraordinariamente abstrata, a teoria microeconômica neoclássica é uma realização parcial. Vê o sistema econômico apenas por um ângulo, como uma economia de mercado descarnada, a-espacial e ahistórica. Entretanto, especialmente os matemáticos e os físicos, e, em geral, os espíritos matemáticos, quando travam conhecimento com essa teoria ficam fascinados. Sem dúvida, o economista, como qualquer outro cientista, desenvolverá modelos, teorias explicativas da realidade econômica, que, quanto mais simples forem, melhor. E se, para se alcançar essa simplificação, a formalização matemática for adotada, ótimo. Ao contrário, entretanto, do que pensa a grande maioria dos economistas ortodoxos, aplicados ao desenvolvimento de uma ciência normal, a formalização não se confunde com o próprio trabalho científico. Na economia, como em qualquer outra ciência, o trabalho mais importante é o de observar os fatos novos econômicos, relacionar com os demais fatos sociais e políticos, desenvolver novas idéias, novas explicações, e, em seguida, buscar justificação empírica, prática, para elas. A formalização é um mero expediente para facilitar – jamais para complicar – a comunicação do modelo.¹⁰

O fascínio provocado pela teoria microeconômica neoclássica deriva, em grande parte, da síndrome da racionalidade perfeita que caracteriza o pensamento burocrático. Se a aristocracia tinha como valor maior a honra, a burguesia, a liberdade, e os trabalhadores, a igualdade, os burocratas em todos os níveis, inclusive os intelectuais, legitimam-se através da razão, e da busca de modelos formais abrangentes e perfeitamente coerentes. Ignoram ou subestimam a complexidade do mundo, e se sentem poderosamente atraídos por uma teoria que deriva resultados logicamente ótimos quanto à alocação de recursos da existência da competição no mercado. Por outro lado, a liberdade pressuposta para o bom funcionamento dos mercados é utilizada pela teoria neoclássica como um

⁹ Mises, 1949/1966: 30, 34,-35, 64-66. Mises não é exatamente um economista neoclássico no sentido limitado desse termo, mas da escola austríaca de Menger e Hayek. Em um sentido mais amplo, porém, que é o que estou usando aqui, a escola austríaca faz parte e representa uma contribuição fundamental para o pensamento neoclássico. O apriorismo rigoroso de Mises é o único compatível com a teoria do equilíbrio geral, mas, dadas as tradições empíricas dos economistas ingleses, e pragmática dos americanos, os economistas com essa origem, que dominam a teoria econômica, têm dificuldade em compreender os princípios e o método que estão adotando.

¹⁰ A tese de que a formalização é uma condição indispensável do pensamento econômico é adotada inclusive por economistas neoclássicos que não se limitam a fazer ciência normal. Este é o caso, por exemplo, de Krugman (1999), que não hesitou em afirmar que o verdadeiro trabalho científico de inserir as externalidades na teoria do desenvolvimento econômico através do modelo do *big-push* – um dos modelos centrais da teoria do desenvolvimento econômico – não foi realizado por Rosenstein-Rodan (1943), que o criou, mas por Murphy, Shleifer e Vishny (1989), que o formalizaram.

instrumento ideológico a serviço de uma classe empresarial liberal que ainda se sente obrigada a demonstrar a superioridade das economias de mercado sobre as economias estatais ou de comando, embora isto já esteja claro para os economistas de todas as escolas.

Não é legítimo identificar a teoria econômica neoclássica seja à ideologia da razão tecnocrática, seja à neoliberal, embora seja difícil ser plenamente neoclássico sem ser tecnocrático e neoliberal, como também é difícil ser keynesiano e não ser social-democrata ou social-liberal. Nos anos 70, no momento em que se configurou a crise do Estado do bem-estar ou social-democrático, e a onda neoliberal ganhou força, também a visão neoclássica da economia, que havia entrado em recessão com a revolução keynesiana, voltou a se tornar dominante, e buscou abranger e subordinar a macroeconomia e a teoria do desenvolvimento. Entretanto, mais recentemente, quando as crises financeiras sucessivas nos anos 90 e as baixas taxas de crescimento em quase toda parte enfraqueceram a onda neoliberal, ao mesmo tempo em que as anomalias se acumulavam sobre as teorias neoclássicas aplicadas à realidade, voltou a ficar claro, para um número cada vez maior de economistas, que a vindicação de um único método e de uma única teoria econômica era senão inaceitável.

O modelo do equilíbrio geral com seu sistema de otimização matemática voltou a perder parte do seu brilho, apesar de toda a fascinação que exerce sobre os amantes das teorias ‘puras’. Um dos sinais dessa perda de poder persuasório do modelo foi a invasão dos livros textos de microeconomia pela teoria dos jogos. Por dois motivos. Primeiro, porque a teoria dos jogos é uma teoria da decisão em regime de incerteza, e, na teoria neoclássica pura, não há espaço para a decisão: os agentes sempre maximizam, sempre escolhem a alternativa ótima. Segundo, pela razão inversa: porque dessa forma a teoria do equilíbrio geral estaria perdendo o seu estatuto de sistema geral de compreensão de um sistema econômico substantivo de mercado, para se constituir em parte de uma teoria da decisão. Seu ato fundador deixaria de ser os trabalhos de Walras, Jevons e Menger, para ser o de Newmann e Morgenstern.¹¹ Nas palavras de Habermas, “poder-se-ia compreender a teoria econômica como uma teoria específica da decisão, relativa a situações de escolha econômica”.¹² Não endosso totalmente essa crítica, mas vejo nela um argumento a mais para demonstrar a parcialidade do modelo neoclássico.

Em síntese, a teoria neoclássica, usando um método essencialmente apriorístico, é útil para se entender o funcionamento abstrato de um sistema de mercado. Quando, entretanto, o problema é entender a dinâmica de um sistema capitalista, a teoria clássica, que surgiu para compreender a revolução capitalista, oferece melhores instrumentos de análise. Por outro lado, quando se trata de compreender os problemas de estabilização e emprego, é a macroeconomia

¹¹ Walras, 1874-90; Jevons, 1871-79; Menger, 1872; Newmann e Morgenstern, 1947.

¹² Habermas, 1967: 71.

keynesiana que tem melhores condições de dar conta desses problemas porque surgiu para enfrentá-los e resolvê-los. Essas duas teorias adotam um método principalmente histórico-dedutivo.

O método histórico-dedutivo ou do fato histórico novo

A alternativa mais geral ao método neoclássico de partir do equilíbrio e dos mercados eficientes para analisar realidades econômicas complexas seria evidentemente a de abandonar esses pressupostos e procurar fazer uma análise mais realista. Nesse caso, porém, ainda não se poderia falar no uso de um método histórico-dedutivo ou do fato histórico novo. Para que isto realmente ocorra é necessário que o observador identifique os fatos históricos novos que mudaram a realidade anterior, que a teoria anterior explicava ou procurava explicar. Identificados esses fatos novos que tornaram necessário um novo modelo, o pesquisador busca empiricamente as novas regularidades que devem ter surgido, indaga-se sobre as motivações racionais dos novos comportamentos, e então estará em condições de construir a nova teoria e de testá-la.

O método histórico-dedutivo que os economistas clássicos utilizaram para analisar a revolução capitalista e compreender a lógica de uma economia coordenada pelo mercado, e que os macroeconomistas keynesianos empregaram originalmente para explicar as flutuações cíclicas e particularmente o quadro de crise econômica que se constituiu após a Primeira Guerra Mundial, é muito diferente daquele utilizado pelo microeconomista. Tudo começa pela observação dos fatos históricos novos, que envolvem rupturas ou descontinuidades, pelo reconhecimento das novas regularidades decorrentes, e pela análise das conexões lógicas entre as variáveis econômicas. O pressuposto do *homo economicus* continua presente, mas em segundo plano. Só depois de observar as novas regularidades e relacioná-las logicamente é que o macroeconomista e o economista do desenvolvimento vão buscar as explicações racionais dos comportamentos, vão relacioná-los com os interesses. Só então eles vão indagar, caso a caso, quais são os ‘mecanismos sociais’ relevantes de que nos fala Elster.¹³ Sem dúvida, podemos e devemos, sempre que possível, encontrar os mecanismos sociais. Isto apenas dará maior consistência às teorias que os economistas desenvolverem. Mas no caso da macroeconomia esta busca não se confunde com a pressuposição de que ele já foi encontrado, que é própria da teoria do equilíbrio geral. Essa terá que ser uma busca *ad hoc*, depois de observado o fenômeno econômico, já que o pesquisador começará sua indagação observando a realidade histórica, passada ou presente, buscará nela os traços distintivos, os fatos estilizados, e as regularidades. E a partir dessa observação, generalizará, desenvolverá seu modelo.

¹³ Elster, 1998.

O macroeconomista, portanto, usará principalmente o método do fato histórico novo, que parte da observação de regularidades para a generalização, e holista, que supõe que o todo não é a simples soma das partes, que entre os elementos de um todo se estabelecem relações, sinergias, externalidades positivas e negativas, que dão aos fenômenos sociais especificidade. E depois buscará as motivações racionais por trás do comportamento observado, para lhes dar consistência. Nesse processo partirá da indução, mas a combinará com a dedução. Sabemos bem que indução e dedução são dois métodos intrinsecamente complementares: um é impossível sem o outro. Entretanto, o que estou afirmando é que é possível distinguir escolas de pensamento, abordagens teóricas, a partir do fato de que se privilegie um ou outro método. A macroeconomia prioriza definitivamente o método histórico-dedutivo. Ela não existiria se Keynes e Kalecki não houvessem adotado esse partido inicial. Que, aliás, foi o partido inicial dos dois maiores economistas do desenvolvimento, Smith e Marx.

Os fatos históricos novos podem ser de diferentes naturezas. Em geral ou serão inovações tecnológicas, ou inovações institucionais, ou revoluções políticas. Podem, por outro lado, ter diferentes profundidades. Uma coisa é o fato novo tectônico representado pela Revolução Capitalista. Outra coisa são as mudanças tecnológicas representadas pela primeira, a segunda, e a terceira revoluções industriais, que ocorreram respectivamente no final dos séculos XVIII, XIX, e XX, e que exigiram correções importantes na teoria. Outra coisa ainda é uma mudança tecnológica ou uma mudança institucional pontual, cujo efeito em alterar os modelos econômicos é muito menor. Da mesma forma, as reformas institucionais e as revoluções políticas podem ter diferentes profundidades e repercussões. A Revolução Capitalista, que abrangeu os três tipos de inovações, permitiu o próprio surgimento da teoria econômica, mais especificamente da teoria clássica do desenvolvimento. Seria difícil pensar em uma teoria econômica keynesiana nos quadros de um estado liberal do século dezenove, cuja despesa girava entre 5 e 10 por cento do PIB, e na qual os sindicatos de trabalhadores não tinham importância. Mudanças dessa magnitude levaram a mudanças igualmente grandes na teoria econômica. Há entretanto fatos históricos menores e mais localizados, de caráter principalmente institucional mas também tecnológico, que exigem novos modelos. A decisão do presidente Nixon de terminar com a conversibilidade do dólar e suas conseqüências sobre as teorias de câmbio e de equilíbrio de balanço de pagamentos são um exemplo; outro, o da indexação formal e informal ocorrida em alguns países nos anos 70 e 80 e a formulação da teoria da inflação inercial.¹⁴ No método do fato histórico novo, o economista pode pensar que o desenvolvimento capitalista passa por fases ou etapas, definidas de acordo com diversos níveis de abstração, e que, para cada etapa é necessário uma teoria algo diferente.

¹⁴ Bresser-Pereira e Nakano, 1983; Resende e Arida, 1984; Lopes, 1984. Para uma *survey* da teoria da inflação inercial ver Bresser-Pereira, 1996.

Vercelli comparou os modelos macroeconômicos de Keynes e Lucas. Enquanto o programa de pesquisa deste último acabou sendo meramente reducionista – uma redução da macroeconomia à microeconomia walrasiana, Keynes fundou a macroeconomia e lhe deu caráter permanentemente autônomo na medida em que desenvolveu um novo método ou uma nova maneira de pensar os problemas econômicos. Segundo o autor, o modelo heurístico desenvolvido por Keynes na *Teoria Geral* parte do reconhecimento da enorme complexidade e não-homogeneidade de uma economia monetária moderna, e leva a desenvolvimento de modelos que se caracterizam por uma indeterminação básica e por uma instabilidade estrutural.¹⁵ Em outras palavras, uma economia monetária moderna, nos termos de Dow, é um ‘sistema aberto’, ou seja, um sistema no qual “not all the constituent variables and structural relationships are known or knowable, and thus the boundaries of the system are not known or knowable”.¹⁶ O método que é capaz de produzir modelos para esse tipo de sistema, no qual a instabilidade e a incerteza estão fortemente presentes – o método que Keynes usou –, é o método histórico-dedutivo. Utilizando-o, o macroeconomista não trabalha com certezas, e o *policymaker* macroeconômico não se limita a aplicar modelos prontos, mas considera todas as variáveis e os modelos disponíveis, e toma decisões, ou seja, escolhe em um quadro de incerteza.

Uma vez desenvolvido o modelo, a partir do método do fato histórico novo, o economista pode tentar reduzir o grau de incerteza de seu modelo através da busca de fundamentos racionais. Esta busca dá consistência ao modelo. Essa estratégia heurística tem alguma semelhança com a distinção metodológica feita por Weber entre compreensão e explicação. O cientista social deve, em primeiro lugar, buscar a compreensão dos fenômenos econômicos sociais, encontrar suas regularidades, seus traços distintivos, a partir de uma análise essencialmente histórica que o leva a definição de fatos estilizados e de suas conexões lógicas. Em seguida, porém, ou mesmo conjuntamente, deverá formular teorias explicativas para as quais existam motivações racionais.¹⁷ Afinal, seja em consequência da generalização de regularidades históricas, seja do encontro de explicações racionais, chega-se a uma

¹⁵ Vercelli, 232-233.

¹⁶ Dow, 1996: 14.

¹⁷ Weber, 1922: Capítulo 1. Habermas (1967: 19) examina esta abordagem metodológica de Weber lembrando que o mesmo começa seu livro de 1922 afirmando: “Chamamos sociologia uma ciência que se propõe compreender pela interpretação a atividade social e a partir daí explicar causalmente seu desenvolvimento e seus efeitos”. E Habermas (1967: 19) resume sua visão metodológica de Weber declarando: “Max Weber analisou sobretudo a articulação entre explicação e compreensão... As teorias gerais permitem deduzir hipóteses relativas às regularidades empíricas. Essas leis hipotéticas têm uma função explicativa. Diferentemente dos processos naturais, porém, as regularidades da atividade social apresentam a particularidade de serem compreensíveis. As atividades sociais fazem parte da categoria de atividades intencionais que nos entendemos reconstruindo seu sentido”.

teoria, a um modelo, que se não pretende ser absolutamente geral, pretende entretanto ser suficientemente abstrato para se constituir em uma teoria científica.

É preciso, portanto, não confundir esse tipo de abordagem metodológica com a escola historicista de Schmoller e Weber. Eles não rejeitavam a teoria, admitiam mesmo a possibilidade de definir leis a partir da análise das regularidades, mas viam limites estreitos para o desenvolvimento de modelos teóricos do tipo que hoje uma abordagem histórico-dedutiva como aquela que estou definindo produz.¹⁸ Existem, entretanto, pontos de contacto importantes entre o método do fato histórico novo, lógico-dedutivo, e o método histórico que Weber adotou quando afirmou que, ao estudar as leis econômicas, não definia ‘leis’ da forma estreita que a definem as ciências naturais, mas como “*adequate causal relationships*”. O objetivo da economia política é “the knowledge of the historical phenomena in their concreteness”. Ora, observa ele, “the most general laws, because they are most devoid of content, are also the least valuable”.¹⁹

É preciso também não confundir o método do fato histórico novo com a busca de uma teoria da mudança econômica, na forma que Nelson e Winter pretendem.²⁰ A grande crítica destes economistas à teoria neoclássica é a de que esta não dá conta dos processos de mudança econômica. Por isso propõem em substituição uma teoria evolucionária. A grande crítica que faço à teoria econômica neoclássica é mais simples e mais comum: falta-lhe realismo, porque é geral demais, porque, querendo explicar todos os processos econômicos, acaba não explicando adequadamente nenhum. E a proposta alternativa que faço é a do método dos fatos novos, que permita ao economista identificar as características próprias daquela fase ou daquele momento histórico que está sendo analisado e para o qual se precisa de um modelo explicativo. Também se busca uma teoria de mudança, mas, modestamente, se reconhece que a dificuldade da teoria econômica, e, mais amplamente, de qualquer teoria das ciências sociais de explicar a mudança é enorme.

O ponto de partida – mercados imperfeitos – é fundamental. Quando os mercados são perfeitos, não há nada de novo a analisar, nem há nenhuma política que precise ser proposta. Em segundo lugar, a definição dos fatos históricos novos é invariavelmente uma necessidade. O problema pode existir há muito e não foi resolvido, mas mesmo nesse caso, haverá o fato novo, já que o fato novo define-se

¹⁸ Não creio que Schumpeter (1959, vol 3: 80) tenha sido injusto para com Schmoller quando afirma que este usou uma aparelhagem conceitual, mas “teorizou fracamente”. Conforme observa Schefold (1987: 257), “Schmoller’s main work, the *Gundrisse*, remained rather traditional in its theoretical part – the treatment of value and price was not too far away from mainstream neoclassical economics”.

¹⁹ Weber, 1906: 72.

²⁰ Nelson e Winter, 1982.

como sendo aquele que alterou a realidade, criou novos constrangimentos ou novas liberdades para a ação econômica, e assim exigiu novas teorias para dar conta da realidade. O fato novo no campo das ciências sociais dá origem ao problema a ser resolvido no plano científico e prático.

Na grande maioria dos casos a solução do problema não se deverá a uma mente brilhante apenas, mas a um conjunto de pessoas pensando e debatendo aquele problema. Esse debate será fundamental para se definir o problema, para se encontrar um modelo explicativo razoável para ele, e, finalmente, para validá-lo cientificamente através do consenso dos pares.

Esta validação, entretanto, não ocorrerá do nada. Dependerá de pesquisas, que o demonstrem. Geralmente de pesquisas econométricas. Os resultados dessas pesquisas, entretanto, são muitas vezes decepcionantes. Por maiores cuidados que o pesquisador tome, causas e conseqüências não são claramente distinguidas. Para cada problema é comum arrolarem-se evidências econométricas justificando teorias opostas. Por isso, além do teste econométrico, é importante o teste que deriva da utilização prática do modelo na previsão e na formulação de política econômica. Não há melhor validação para uma teoria econômica do que dela poder se derivar previsões confiáveis. Ou dela poderem ser deduzidas políticas econômicas que, na prática, se revelam efetivas. A política de estabilização do Plano Real, por exemplo, estava baseada em uma teoria clara, que foi validada convincentemente pelo êxito do plano. Mas a validação final enquanto dure ocorrerá graças ao razoável consenso que for possível alcançar.

Nem o método apriorístico da economia neoclássica, nem o método do fato histórico novo são relativistas, já que pressupõem a possibilidade de se alcançar a verdade através da análise e da pesquisa empírica. Entretanto, enquanto o método hipotético-dedutivo filia-se filosoficamente a uma perspectiva positivista idealista, o método do fato histórico novo é realista. Para merecer esse atributo o uso de pressupostos realistas ou a busca de fatos históricos novos é essencial, a validação racional *a posteriori* é importante, e a comprovação empírica através da pesquisa e do acerto das previsões, necessária. Quando, além disso, a teoria permitir a formulação de políticas públicas eficientes e efetivas, a teoria estará em princípio validada.

Ao ser realista, a teoria não estaria sendo também positivista, no sentido que Friedman deu ao termo? Friedman buscou justificar o modelo microeconômico neoclássico (ele não havia ainda desenvolvido seu modelo macroeconômico) com a tese de que, embora seus pressupostos não fossem realistas, as previsões o eram, e a confirmação das mesmas tornava o modelo 'positivamente' verdadeiro. Esta é uma argumentação antes pragmática do que positivista no sentido filosófico do termo,

embora tenha origem no trabalho de Popper.²¹ Este afirmou a impossibilidade de se provar a veracidade uma determinada hipótese científica, e a considerou válida na medida em que, sendo falseável, não houvesse sido falseada. Friedman, e com ele a economia ortodoxa, entendeu que, com essa tese, Popper não se preocupava com o realismo ou a veracidade dos pressupostos, mas apenas com a falseabilidade das hipóteses, que identificou com a capacidade de previsão dos modelos. Como os modelos do equilíbrio geral e do equilíbrio parcial permitem, em um nível muito geral, previsões corretas sobre o comportamento dos agentes, ele entendeu que a teoria econômica neoclássica estaria validada positivamente. Agia assim pragmaticamente, seguindo a lição do fundador do pragmatismo, Charles Peirce, para quem a verdade de uma idéia estava na sua capacidade de previsão e de orientação da ação.²² Ignorou que essa capacidade de previsão é geral demais de forma que sua utilidade é limitada, principalmente para orientar política econômica. Serve para entendermos, em termos muito gerais, como o mercado coordena um sistema econômico, mas nada nos diz sobre como prever e evitar as crises econômicas e todas as demais distorções que afligem as economias reais. Afinal, ela se transforma em um modelo perigoso quando pretende se transformar no quadro de referência a partir do qual os modelos macroeconômicos e da teoria do desenvolvimento econômico devem ser construídos.

Horkheimer, fazendo sua crítica da razão subjetiva e instrumental, que se torna dominante a partir da era industrial e da identificação generalizada da razão com o interesse pessoal, observa que há uma significativa proximidade entre o positivismo e o pragmatismo. A razão, ao perder a autonomia que lhe era própria enquanto pressupunha a existência de uma razão objetiva, tornou-se segundo o filósofo da Escola de Frankfurt instrumental e formal. Enquanto o formalismo da razão, geralmente expresso através do abuso da matemática, foi acentuado pelo positivismo, seu caráter instrumental era reforçado pelo pragmatismo.²³

Os riscos do ‘grande modelo’

Muitos economistas, ortodoxos ou heterodoxos, têm dificuldade de aceitar a existência de dois métodos de pensar. Como só há uma verdade, deduzem que também só pode haver um modelo, e concluem que logicamente só pode haver um método. Este monismo metodológico e teórico é comum a todas as ‘grandes teorias’: à clássica em suas vertentes ricardiana e marxista, à neoclássica, e mesmo à

²¹ Popper, 1934.

²² Peirce, 1958 (data de publicação de seus papers selecionados). Embora fundador do pragmatismo, Peirce não pode ser considerado um relativista. Ver Wiener, 1958, e Hoover, 1994.

²³ Horkheimer, 1947: 30.

keynesiana, não devido a Keynes mas a muitos dos seus seguidores. Entretanto, na medida em que a realidade econômica, social e política é muito mais complexa – e cada vez mais complexa – do que esses modelos podem explicar, o monismo metodológico e teórico torna-se um obstáculo à compreensão dos problemas econômicos, e leva a grandes riscos de erros de política econômica.

Vou discutir apenas os obstáculos e erros relacionados à escola neoclássica, embora todas as escolas que pretendem arrogantemente tudo explicar incorram em problemas semelhantes. O grande problema que deriva de se pensar na teoria neoclássica como ‘o grande modelo’ está no fato de que, assim, os economistas imaginam terem encontrado ‘uma forma de pensar’, mas, na verdade, encontraram um substituto para o pensamento, estão economizando aquilo que cientistas jamais podem economizar: o próprio pensamento. Embora saibam que a concorrência perfeita não existe, em seus modelos partem quase invariavelmente desse pressuposto, e dos pressupostos que lhe são aparentados como o do pleno emprego, da taxa de juros e da taxa de câmbio de equilíbrio, da poupança determinada pela taxa de juros, etc.. Em consequência, seus modelos tornam-se em grande parte irrelevantes. Meros exercícios matemáticos. Existem, sem dúvida, pesquisas empíricas, algumas extremamente relevantes, mas que em geral não confirmam os modelos teóricos gerais.

Para construir um modelo relevante o economista neoclássico, ao invés de já partir de pressupostos realistas, deve listar expressamente todas as restrições ao bom funcionamento do mercado que está estudando. Terá que dizer, por exemplo: admitirei desemprego, admitirei rigidez de salários, admitirei poder monopolista das empresas, admitirei externalidades, admitirei assimetria de informações, admitirei *moral hazard*, admitirei *path dependency*, e assim por diante. Só depois de completar essa complexa operação, que implica em alterações no modelo geral, ele contará com pressupostos razoavelmente realistas, e estará em condições de desenvolver um modelo explicativo relevante, do qual possa derivar políticas econômicas. Como fazer todas essas admissões de imperfeição é custoso em termos de pensamento, como conflita com a ideologia do mercado livre, e como conflita com a própria lógica do pensamento neoclássico, o economista resistirá em fazê-las. Preferirá com frequência manter-se fiel aos modelos gerais que aprendeu, baseados na capacidade ótima dos mercados alocarem eficientemente recursos, e afinal não logrará relevância para o modelo que está desenvolvendo. O problema agrava-se quando alguns desses modelos são transferidos para os livros-texto.

Conforme observam Nelson e Winter em sua crítica clássica da teoria neoclássica, a ortodoxia é mais sutil do que os livros-texto de economia. Não obstante, eles verificam que mesmo os textos intermediários tendem a por de lado as sutilezas e dificuldades do conhecimento econômico avançado, e a supor a eficiência dos mercados. Ainda que seja para simplificar um pensamento rico e complexo, a afirmação que a teoria neoclássica limita-se à análise de equilíbrios estáticos e

informação perfeita, não é injusta. Assinalam os dois autores: “não é caricatura observar que a permanente dependência da análise de equilíbrio, mesmo em suas formas mais flexíveis, mantém a disciplina econômica cega aos fenômenos associados à mudança histórica”. Por outro lado, nos estudos históricos avançados, o pressuposto da racionalidade dos atores, que otimizam, jamais é abandonado.²⁴ Ou seja, a resistência neoclássica em adotar pressupostos realistas afinal é vitoriosa, e os modelos tornam-se com frequência tão elegantes quanto irrelevantes.

Os resultados desse tipo de pensamento quando aplicado aos problemas concretos da estabilização macroeconômica e do desenvolvimento são com frequência desastrosos. Eles pecam pelo que Schumpeter chamou de ‘vício ricardiano’. Ou seja, à atitude ‘prática’ de Ricardo de desenvolver modelos a partir da estratégia metodológica de considerar dadas grande número de variáveis, e de adotar hipóteses simplificadoras radicais, implicando em relações causais unidirecionais, e, a partir daí, derivar política econômica. O resultado desse método, conclui Schumpeter, provavelmente injusto para com o grande economista, mas correto ao criticar o uso de modelos excessivamente abstratos para a ação, “é uma teoria excelente que não pode ser refutada, e à qual nada falta exceto sentido; ao hábito de aplicar resultados desta espécie aos problemas práticos chamaremos de ‘vício ricardiano’”.²⁵

São muitos os exemplos modernos de graves erros de política econômica resultantes do uso de modelos neoclássicos abstratos. O caso exemplar é o do fracasso da teoria econômica neoclássica em enfrentar os problemas do após Primeira Guerra Mundial. Outro exemplo foi a forma incompetente e custosa com a qual reagiu aos problemas de estagflação do final dos anos 70. Um terceiro exemplo é o dos desastres financeiros ocorridos durante os anos 90 na Ásia, na Rússia, e na América Latina. Eles decorreram essencialmente da proposta, originária no governo americano e nos mercados financeiros internacionais, e devidamente adotada pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, de que os países em desenvolvimento, ou os ‘mercados emergentes’ como eles preferiam chamar, de promover seu crescimento com base na poupança externa e na plena mobilidade de capitais. Como pressupunham o funcionamento eficiente dos mercados, não puderam prever que a entrada maciça de capitais valorizaria as taxas de câmbio dos países recipientes, elevaria os salários e o consumo, inviabilizando o aumento da taxa de acumulação de capital: a poupança externa que entrava era compensada pela diminuição correspondente da poupança interna, e o resultado era apenas o

²⁴ Nelson e Winter, 1982: 7-8.

²⁵ Schumpeter, 1959, vol.2: 124. Quem primeiro criticou Ricardo pelo uso indevido de uma teoria excessivamente abstrata para derivar conclusões práticas foi Sênior. Por isso Silveira chamou essa crítica de ‘indeterminação de Sênior’ (1991: 71): “A indeterminação de Senior estabelece que a teoria neoclássica não é *diretamente* aplicável à realidade... Fazê-lo é um vício de seus adeptos, o chamado vício ricardiano”.

crescimento do endividamento externo. Além disso, certos de que os mercados financeiros se equilibrariam automaticamente, não consideraram que esses mercados obedecem a um princípio geral de profecias auto-realizadas, ou de reflexividade, que produz o efeito-manada tanto para a compra como para a venda dos títulos de um país.²⁶

No plano da pesquisa empírica, a consequência mais danosa desse tipo de raciocínio a-histórico e apriorístico é o uso de testes econométricos abrangendo períodos que são marcados por rupturas ou por fatos novos decisivos que representam descontinuidades. Na medida em que os fatos históricos novos são ignorados, os resultados tornam-se contraditórios e tão irrelevantes quanto os modelos abstratos em que se inspiram. Se, ao invés disso, o pesquisador reconhecesse os momentos de inflexão histórica, e buscasse regularidades e correlações dentro dos períodos teria certamente resultados muito mais significativos.

Quando se usa o método histórico-dedutivo para formular modelos econômicos, as possibilidades de compreender o que está ocorrendo e de resolver os problemas torna-se muito maior. Tome-se, em primeiro lugar, o exemplo de Keynes. Enquanto os economistas continuavam a pensar em termos de pleno emprego, e de flexibilidade para baixo dos salários, e da oferta criando automaticamente sua própria procura, não compreendiam a natureza da grande depressão dos anos 30. Keynes abandonou esses pressupostos, mais do que isto, verificou que fatos históricos novos, particularmente a Primeira Guerra Mundial e o colapso do padrão ouro haviam mudado a estrutura do sistema econômico mundial, e escreveu a *Teoria Geral*. Com esse livro ele resolveu problemas que a teoria econômica não havia resolvido, e que não dependiam dos fatos novos, mas ao mesmo tempo, considerando esses fatos novos, desenvolveu o modelo macroeconômico adaptado à realidade do seu tempo. E assim abriu todo um campo novo para a política econômica. Outro exemplo foi o de Mundell, que abandonou o pressuposto do pleno emprego e supôs uma mobilidade de capitais que os acordos de Breton Woods não autorizavam para formular sua teoria macroeconômica aberta.²⁷ Um terceiro exemplo é o da alta inflação sob a forma de inflação inercial que se constituiu em um flagelo para as economias latino-americanas e, particularmente, para a brasileira nos anos 80. Enquanto os economistas neoclássicos continuavam a pensar em termos de mercados livres, e discutiam entre si se era o aumento da oferta de moeda que causava a inflação, ou então os economistas keynesianos ortodoxos falavam em

²⁶ A reflexividade foi descrita com brilho por um grande operador do mercado financeiro, George Soros, 1998. Ainda que os economistas não gostem de admitir que um praticante possa ter contribuições significativas para a teoria econômica, isto pode perfeitamente ocorrer. Na verdade, hoje, dificilmente um economista puramente teórico tem condições de fazer contribuições inovadoras.

²⁷ Mundell, 1963.

inflação de demanda e como se viam perplexos diante de recessão, ou então os economistas estruturalistas, já mais ligados à realidade, mas ainda referindo-se a um estágio anterior daquelas economias, falavam em estrangulamentos dos preços causando o aumento persistente dos preços, tanto uns quanto outros foram incapazes de compreender o que estava se passando. Foi apenas depois que alguns economistas neo-estruturalistas ou novo-desenvolvimentistas perceberam que a indexação formal e informal da economia, adotada por algumas das economias latino-americanas, principalmente a brasileira e a argentina, havia sido o fato novo que mudara substancialmente a natureza dos contratos econômicos e, portanto, o comportamento dos agentes, é que lhes foi possível formular uma teoria adequada para entender a inércia inflacionária, e, em seguida, desenhar uma forma eficiente de neutralizar a inércia, evitando-se que se tivesse que esperar que o mecanismo doloroso de mercado – a hiperinflação – resolvesse o problema da alta inflação.

Conclusão

Em conclusão, sugiro neste *paper* que existe uma verdade sobre as relações econômicas, mas que ela é complexa, e pode ser vista sob vários ângulos. A comprovação dos modelos ou teorias econômicas depende do teste empírico a que sejam submetidos, da sua capacidade de previsão prática, da efetividade das políticas econômica que neles se baseiam, e do grau de consenso que sobre eles se forma. Para desenvolver modelos, não existe apenas um método básico mas dois: o método hipotético-dedutivo, que foi efetivo em desenvolver os modelos de equilíbrio microeconômico, mas é perigoso quando quer se estender para outras áreas, e o método do fato novo. Este método tem sido aplicado com êxito na solução dos problemas macroeconômicos e da teoria do desenvolvimento. O primeiro método está baseado no individualismo metodológico, o segundo em uma perspectiva holista segundo a qual o todo não é a simples soma das partes. Todavia, como é possível e necessário combinar a indução e a dedução, é possível combinar a perspectiva histórica compreensiva com a busca dos mecanismos sociais racionais explicativos.

Neste quadro, a busca de microfundamentos para modelos macroeconômicos e de desenvolvimento econômico é legítima, mas será uma busca *ad hoc* dos motivos racionais por traz dos comportamentos agregados que estão sendo estudados. É legítima, na medida em que justifica, dá uma explicação racional para o fenômeno observado. Mas isto deixa claro o motivo pelo qual os economistas neoclássicos falharam em lograr para a macroeconômica ‘o fundamento microeconômico único’. É impossível lográ-lo. Ou, na hora em que isto for logrado, o modelo macroeconômico terá ficado de tal maneira abstrato e geral, que haverá perdido poder explicativo.

Para pensar a economia, formular as hipóteses explicativas de seu funcionamento e propor as políticas econômicas necessárias aos fins socialmente acordados (estabilidade, crescimento, distribuição) o economista, cujos problemas hoje são fundamentalmente macroeconômico e do desenvolvimento econômico, deve observar a realidade, verificar como os fenômenos ocorrem e se repetem, e a partir desse processo inicialmente indutivo, mas na verdade indutivo-dedutivo, ele infere seu modelo ou sua explicação. A objeção cética de que toda inferência indutiva não é justificada – o célebre ‘problema da indução’ de Hume – embora interessante não pode ser aceita. Não apenas porque ela vai contra o bom senso que nos diz que boa parte do conhecimento é resultado de inferências indutivas. Também porque, como argumenta Foster, a inferência indutiva se justifica quando ela se constitui na “melhor explicação” para o problema que está sendo examinado.²⁸ O economista, portanto, nestas duas grandes áreas, adota a forma clássica de pesquisa científica das ciências naturais: examina a realidade, e busca regularidades. Mas o faz com muito mais modéstia. Ele usa principalmente a indução, mas naturalmente também a dedução. O que o pesquisador faz é essencialmente generalizar a partir do estudo da realidade, que, no caso das ciências sociais, é sempre uma realidade histórica. O próprio sistema de mercado é uma realidade histórica.

Este trabalho não pretende ser uma crítica da teoria neoclássica, mas do uso de um único método, e da busca de uma única teoria abrangente para a ciência econômica. Fiz a crítica da teoria neoclássica porque essa adota de forma dominante o método hipotético-dedutivo. Se fosse obrigado a usar um único método em economia, não teria dúvida em adotar o método do fato novo, porque é mais realista. Essa escolha, porém, não é necessária. Podemos e devemos usar os dois métodos. Em segundo lugar, escolhi a economia neoclássica para criticar porque sua pretensão de perfeita abrangência e coerência é mais acentuada do que a existente nas outras grandes escolas. Keynes, por exemplo, quando desenvolveu sua teoria, não se preocupou em refutar todo o pensamento clássico e neoclássico, e substituí-lo por uma teoria igualmente abrangente. Refutou apenas aqueles aspectos do modelo que lhe permitiram fundar a macroeconomia. Todavia, muitos dos seus seguidores, como os seguidores dos grandes economistas clássicos, estão permanentemente tentados pela síndrome burocrática da racionalidade perfeita: querem alcançar o graal da perfeita abrangência e perfeita coerência.

²⁸ Foster, 1982: 334.

Referências

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1996) "A Inflação Decifrada", *Revista de Economia Política*, 16(4) outubro 1996: 20-35.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003) "Um Único Modelo?". Trabalho apresentado ao Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, 19-20 de junho de 2003.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Gilberto Tadeu Lima (1996) "The Irreducibility of Macro to Microeconomics: a Methodological Approach". *Revista de Economia Política*, 16(2), abril 1996:15-39.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (1983) "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação". *Anais do X Encontro Nacional de Economia*, Belém, ANPEC, dezembro 1983. Reproduzido em *Revista de Economia Política*, 4(1), janeiro 1984: 5-21 e em *Inflação e Recessão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 56-75.
- Cicero, Antonio e Waly Salomão, orgs. (1994) *O Relativismo Enquanto Visão do Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Dow, Sheila C. (1996) *The Methodology of Macroeconomic Thought*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Downs, Anthony (1957) *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Brothers.
- Elster, Jon (1997) "The Market and the Forum: Three Varieties of Political Theory". In James Bohman and William Rehg, eds. (1997) *Essays on Reason and Politics: Deliberative Democracy*. Cambridge, Ma.: The MIT Press, pp.3-33.
- Elster, Jon (1998) "A Plea for Mechanisms". In Peter Hedström and Richard Swedberg, eds. (1998): 45-73.
- Foster, John (1982) "Induction, Explanation and Natural Necessity". In Michael Huemer, org. (2002) *Epistemology: Contemporary Readings*. Londres: Routledge.
- Friedman, Milton (1953) "The Methodology of Positive Economics". In Milton Friedman, *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Friedman, Milton (1968) "The Role of Monetary Policy". *The American Economic Review*, 58(1) março 1968: 1-17.
- Habermas, Jürgen (1967) *Logique des Sciences Sociales*. In Jürgen Habermas (1987). Originalmente publicado em 1967.
- Harrod, Roy F. (1966) *Toward a Dynamic Economics*. Londres, Macmillan.
- Hausman, Daniel M. (1994) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Segunda Edição. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hedström, Peter and Richard Swedberg, orgs. (1998) *Social Mechanisms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hicks, John (1937) "Mr. Keynes and the Classics". In John Hicks, org. *Money, Interest & Wages: Collected Essays on Economic Theory, Volume II*. Oxford: Basil Blackwell, 1982: 100-115. Originalmente publicado em 1937.
- Hoover, Kevin D. (1994) "Pragmatism, Pragmaticism and Economic Method". In Roger E. Backhouse, ed. *Contemporary Issues in Economic Methodology*. London: Routledge, 1994: 286-315.
- Horkheimer, Max (1947) *Éclipse de la Raison*. Paris: Payot, 1974. Originalmente publicado em inglês, 1947.
- Jevons, W. Stanley (1871-79) *The Theory of Political Economy*. Londres: Macmillan, segunda edição, 1879; primeira edição, 1971.
- Kalecki, Michael (1933a) "The Determinants of Profits". In Kalecki: (1971). Originalmente publicado em 1933.
- Kalecki, Michael (1933b) "Outline of a Theory of the Business Cycle". In Kalecki, M. (1971). Originalmente publicado em 1933.
- Kalecki, Michael (1942) "Political Aspects of Full Employment". In Kalecki, M. (1971). Originalmente publicado em 1942.
- Kalecki, Michael (1971) *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Keynes, John Maynard (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.
- Krugman, Paul (1999) *Development, Geography, and Economic Theory*. Cambridge, Ma.: The MIT Press.
- Lakatos, Imre (1974) "Falsification and the Methodology of Scientific Research Programs". In Imre Lakatos and Alan Musgrave, orgs. *Criticism of the Growth of Knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- Lara Resende, André e Pêrsio Arida (1984) "Inertial Inflation and Monetary Reform". In J. Williamson, ed. (1985) *Inflation and Indexation: Argentina, Brazil and Israel*. Washington: Institute for International Economics. Originalmente apresentado em seminário em Washington, novembro de 1984.
- Lopes, Francisco L. (1984) "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação". *Revista da ANPEC*, no.7, dezembro 1984. Republicado em Francisco L. Lopes (1986).
- Marshall, Alfred (1890/1920) *Principles of Economics*. Londres: Macmillan., oitava edição, 1920; primeira, 1890.
- Marx, Karl (1867) *Capital, Volume I*. London: Penguin Books, 1979. Escrito entre 1861-1866. Originalmente publicado em alemão, 1867.

- Marx, Karl (1894) *Capital, Volume III*. London: Penguin Books, 1981. Escrito em alemão entre 1864-1865. Publicado por Friedrich Engels, 1894.
- Menger, Carl (1872) *Principles of Economics*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1950. Originalmente publicado em alemão, 1872.
- Minsky, Hyman P. (1975) *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press.
- Minsky, Hyman P. (1986) *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press.
- Mises, Ludwig Von (1949/1966) *Human Action*. Chicago, Contemporary Books, terceira edição, 1966. Primeira edição, 1949.
- Mundell, R.A. (1963) "Capital Mobility and Stabilization Policy under Fixed and Flexible Exchange Rates". *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, 29(4) novembro 1963: 475-485.
- Murphy, Kevin M., Andrei Shleifer e Robert W. Vishny (1989) *Journal of Political Economy*, 97(5) 1989: 1003-1026.
- Nelson, Richard R. e Sidney G. Winter (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Newmann, Joseph e O. Morgenstern (1947) *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- Peirce, Charles S. (1958) *Charles Peirce: Selected Writings*. Organizado por Philip P. Wiener. Nova York: Dover Publications.
- Popper, Karl (1934) "The Scientific Method" e "Falsificacionism x Convencionalism" (Capítulos de *The Logic of Scientific Discovery*, 1934). In David Miller, org. (1985) *Popper Selections*. Princeton: Princeton University Press: 133-151.
- Ricardo, David (1817/21) *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Primeira edição, 1817; terceira, 1821. In Piero Sraffa, org. *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951.
- Rosenstein-Rodan, Paul (1943) "Problems of Industrialization in Eastern Europe and South-Eastern Europe". *Economic Journal* 53, June 1943, 202-11. Reproduzido em Agarwala and Singh, orgs. (1958): 245-255.
- Sapir, Jacques (2000) *Les Trous Noirs de la Science Économique*. Paris: Albin Michel.
- Schefold, B. (1987) "Schmoller, Gustav von (1838-1917)". In *The New Palgrave – A Dictionary of Economics*, Volume 4. Londres: The Macmillan Press.

- Schumpeter, Joseph A. (1911) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961. Originalmente publicado em alemão, 1911.
- Schumpeter, Joseph A. (1959) *História da Análise Econômica*. Três volumes. Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil – USAID, 1964. Originalmente publicado pela Oxford University Press, 1959.
- Silveira, Antonio Maria da (1991) “A Indeterminação de Sênior”. *Revista de Economia Política*, 11(4) outubro 1991: 70-88.
- Smith, Adam (1776) *The Wealth of Nations*. London: Everyman's Library, 1960. Primeira Edição, 1776.
- Sraffa, Piero (1960) *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge University Press.
- Vercelli, Alessandro (1991) *Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes & Lucas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Walras, Léon (1874/1900) *Éléments d'Économie Politique Pure*. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence., 1952. Primeira edição, 1874; quarta, 1900.
- Weber, Max (1906) “Objectivity and Understanding in Economics”. In Daniel M. Hausman, org. (1994). Originalmente publicado em alemão em 1906.
- Weber, Max (1922) *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 1978. First German edition, 1922.
- Wiener, Philip P. (1958) “Introduction”. In *Charles Peirce: Selected Writings*. Nova York: Dover Publications: VII-XXII.